

### Iniciativas contra o insucesso escolar

Tanto o relatório do Conselho Económico e Social, como o documento da Comissão Europeia coincidem em grande parte sobre as medidas a pôr em prática para combater o insucesso escolar.

As principais são: diversificar as vias educativas; tentar limitar a concentração de alunos com necessidades de compensação educativa; favorecer a autonomia dos centros em questões académicas; aplicar políticas laborais especialmente dirigidas aos jovens e aproximar-se o mais possível da aprendizagem personalizada, a começar pelo fomento das tutorias pessoais e familiares.

As medidas contra o insucesso escolar sobre as quais existe mais acordo são diversificar as vias educativas, reduzir a concentração de alunos necessitados de aulas de reforço e ampliar a autonomia dos centros escolares.

Além disso, a Comissão Europeia refere no seu relatório algumas iniciativas que se implementaram em diversos países europeus e se revelaram eficazes.

#### Acompanhamento contínuo

Na Grã-Bretanha, Holanda, Alemanha ou Itália é atribuído a cada aluno um número de identificação que remete para um registo pormenorizado, onde se recolhe uma informação completa sobre a sua trajetória escolar. Incluem-se aí não apenas as classificações do estudante, como também as suas dificuldades na aprendizagem, problemas de disciplina, pontuação nas competências básicas, etc. Trata-se de fazer um acompanhamento em linha, que a Comissão Europeia considera essencial para a redução do abandono escolar prematuro.

Outra iniciativa interessante, neste caso para fomentar a formação profissional de qualidade, é a de promover vias que combinem a formação teórica com a primeira experiência laboral. É um perfil especialmente definido para alunos desiludidos com os estudos e que queiram começar a trabalhar. O **Luxemburgo**, a **Dinamarca** ou a **Itália** já começaram com este tipo de programas.

Em **Espanha**, a reforma da lei de educação pretende o objetivo de evitar a desconexão com o sistema educativo de um grande número de jovens, e de os ajudar a ingressar no mundo laboral. Para isso, serão emitidos certificados de nível, com uma lista de competências adquiridas, para os alunos que não tenham podido terminar a fase obrigatória. Além disso, o último ano desta etapa (4º do ensino secundário obrigatório) contará com uma via orientada para a formação profissional. Baixa-se um ano, até aos 15, o limiar para poder ingressar num Programa de Qualificação Profissional Inicial, que permite conseguir o título do ensino secundário através de um plano de estudos centrado na prática e com menor conteúdo teórico. A reforma incorpora um aumento da oferta da modalidade semi-presencial nos cursos de especialização para diplomados em Formação Profissional. Trata-se, em resumo, de não abandonar o aluno com dificuldades.

#### Procurar ajuda fora da escola

Uma conta pendente da educação é, segundo a Comissão Europeia, a colaboração com agentes externos à escola que possam desempenhar um papel ativo na educação dos jovens. Problemas de drogas ou álcool, défice de sono ou maus tratos podem ser enfrentados de modo mais efetivo com a ajuda desses agentes.

Um exemplo é o *School Completion Programme* da **Irlanda**, um plano intersetorial no qual os centros escolares se relacionam com organismos de juventude, serviços sociais, organismos de desenvolvimento local, etc. Graças a esta iniciativa estão a terminar os estudos obrigatórios muitos jovens irlandeses que, de outra forma, teriam abandonado.

As *scuole aperte* de **Nápoles** também pretendem evitar o abandono do aluno desmotivado. Para isso, organizam uma grande variedade de projetos, muitos fora do recinto escolar, em associação com a sociedade civil local. As atividades estão programadas fora do horário normal e podem inclusivamente assistir os que já abandonaram o ensino geral.

Outros programas destinados especificamente à reincorporação no sistema educativo são o Projeto de Aprendizagem para Jovens Adultos da **Eslovénia**, as aulas de transição em **França** ou os centros SAS da **Bélgica**. Todos têm em comum "oferecer aos jovens em situação de risco uma oportunidade de recuperar gradualmente a confiança,

atualizarem-se naquilo que deixaram de aprender e reincorporarem-se no ensino geral”.

Não obstante, a Comissão Europeia reconhece que o principal problema de todas estas iniciativas reside na avaliação da sua eficácia e, fundamentalmente, na captação dos alunos.

F. R. - B.

## O marketing da escola pública

Nos setores onde existe concorrência, uma empresa que quer ganhar clientes procura transmitir a mensagem de que presta melhor serviço que as suas rivais. Procura fazer valer que conta com o pessoal mais competente, com as instalações mais modernas, com o serviço mais personalizado, com o preço mais razoável, para deixar satisfeito o cliente.

Esta elementar política de *marketing* parece que não se ajusta ao ensino público em Espanha, que tende a apresentar-se sempre como se estivesse em inferioridade de condições relativamente à concorrência da escola privada. Atualmente, as manifestações e as greves contra os “cortes” nos gastos educativos e o aumento de horas letivas do professorado, transmitem mais uma vez à opinião pública a imagem – falsa – de um setor à beira do colapso, sem meios para cumprir a sua missão. É compreensível o mal-estar perante certas medidas, como as adotadas na Comunidade de Madrid, que implicam prescindir de professores interinos com os quais as escolas já tinham contado na programação do ano letivo. Mas embora estas ações de protesto se apresentem como uma defesa da escola pública, não a tornam mais atrativa, bem pelo contrário. Ninguém se sente atraído por um setor que se declara a si próprio em crise.

Uma boa defesa da escola pública deveria insistir nos seus pontos fortes em relação à concorrência. Que os tem. Na forma de lemas publicitários, poderiam ser:

**“Uma escola que investe mais no seu filho”.** Os dados são eloquentes. Ao erário público, um aluno na escola pública custa mais de 6.500 euros, contra os 2.700 que dedica ao aluno do ensino concertado. As famílias que se dirigem ao concertado contribuem também com algo do seu bolso, mas sem chegar a cobrir essa diferença. E esta poupança que pressupõe o ensino concertado para o erário público é um “corte” educativo institucionalizado, que não costuma suscitar os protestos sindicais.

**“Uma escola com um professorado selecionado e melhor pago”.** Diversamente do professorado da privada, o da escola pública foi recrutado por oposição, o que, em princípio, garantiria melhor a sua idoneidade. O seu salário é claramente superior ao que a Administração paga aos professores da

concertada, e a sua jornada letiva semanal, inferior. Os professores da pública queixam-se de que se lhes quer aumentar a sua carga letiva semanal de 18 para 20 horas, mas no ensino concertado é de 25 horas. Aquilo que pode voltar-se contra o ensino público é que o professor, por ser inamovível enquanto funcionário público, não pode ser despedido pelos males que faça, diversamente do da privada.

**“Uma escola com menos alunos por turma”.** Embora agora se proteste contra a supressão de lugares de docentes interinos, os dados indicam que o número médio de alunos por turma é de 23,6 na pública, contra 26,1 na privada.

**“Uma escola com boas instalações”.** Hoje em dia, a escola pública conta com instalações e recursos que nada têm a invejar aos da maioria das escolas privadas. Outra coisa é cuidar-se menos da manutenção, pois neste aspeto o proprietário privado costuma ser mais diligente. E já que existe tanta preocupação com o uso das novas tecnologias, os dados apontam para que no ensino público haja um computador por cada 3,7 alunos, enquanto que no concertado há um por cada 6,7. Mas, em vez de se orgulharem com as suas boas instalações, os “defensores” do ensino público dedicam-se a protestar contra os casos de determinada escola onde são dadas aulas em barracões por não terem sido construídas salas de aula a tempo. Como se isso fosse representativo do estado do setor e aquilo que uma família que escolha o ensino público vai encontrar.

**“Uma escola que não lhe vai custar mais um euro”.** A gratuidade do ensino público em todos os níveis é um grande trunfo relativamente a um ensino concertado, onde as famílias costumam pagar determinado tipo de propinas no ensino obrigatório e todo o custo no não obrigatório. O mau é que isto se transforme no único argumento para atrair as famílias.

É verdade que o *marketing* da escola pública não pode insistir muito na sua excelência académica, pois o abandono escolar é de 33% nos centros públicos, contra 13,9% no ensino concertado. Também os repetentes durante a escolaridade obrigatória são o dobro no público. E no ensino secundário pós-obrigatório, os alunos das escolas concertadas que conseguem um título são 86%, contra os 70% da pública. Nisto pode ter influência também a procedência social dos alunos, mas não parece que venha a resolver-se apenas injetando mais dinheiro.

O professorado do ensino público, cujos sindicatos têm uma grande força, defende logicamente os seus salários e condições laborais. Mas muitas vezes tende a disfarçar os seus interesses corporativos com a defesa do ensino público, como se fossem a mesma coisa.

Em qualquer caso, uma defesa do ensino público baseada no vitimismo não é muito produtiva, a não ser para a batalha política. Em vez de pedir a nossa adesão ideológica, o que deveria procurar é conseguir obter a adesão do cliente satisfeito.

I. A.

## Onde meter a tesoura nos gastos educativos

Pode-se discutir se a educação deve permanecer imune aos cortes orçamentais; mas, uma vez que já tenha sido tomada a decisão de meter a tesoura, é necessário estudar cientificamente que aspetos são os mais adequados para ser cortados e quais não devem ser.

Tendo em conta o debate gerado em torno dos cortes na educação, é de concluir que um dos grandes inimigos do sistema educativo espanhol é... a banalização do próprio debate.

A palavra “eficiência” – utilizada pelo Ministro da Educação para se referir ao objetivo das reformas – centrou o debate. Embora não seja provável que a questão terminológica seja a salvação do deficiente sistema educativo espanhol, é importante salientar que a eficiência está sempre relacionada com os recursos disponíveis (segundo o dicionário, eficiência é a “capacidade de dispor de alguém ou de algo para conseguir um determinado efeito”). Portanto, não faz sentido contrapor a eficiência aos cortes como faz “El País” (16 de abril) num título onde se dizia: “Porque dizem eficiência quando são cortes”. Haverá cortes eficientes e ineficientes, como houve gastos produtivos e improdutivos.

Assente esta premissa, não tão óbvia ao que parece, discuta-se que cortes seriam os mais eficientes nos ensinos primários e secundário. O procedimento mais útil é avaliar os fatores “suscetíveis de corte”, pelo impacto nos resultados educativos. Aqui aplica-se um relatório da FEDEA (Fundación de Estudios de Economía Aplicada), que analisa a literatura científica sobre o tema e calcula um valor de impacto de cada fator (horas de aula, tempo de estudo em casa, rácio aluno-professor, número de computadores por aluno, nível socioeconómico do aluno).

### Mais horas de aula, mesmo com mais alunos na turma

As conclusões não são tão evidentes como gostariam alguns políticos ou “pensadores da educação”. Contudo, é possível tirar algumas conclusões: comparando determinados países com outros, o fator que se mostra mais relevante nos resultados académicos (deixando de lado o nível socioeconómico do estudante, no qual os cortes não incidem diretamente) é a quantidade de tempo que os alunos estão na sala de aula. Existe uma relação positiva entre o número de horas de aula e os resultados. A única exceção é a da Coreia do Sul, onde é mais importante a formação dos alunos nos *hagwon*, academias privadas onde a maior parte dos estudantes completa a formação.

Se se comparar a nível nacional, e não entre países, percebe-se uma relação positiva entre as horas de estudo e as notas, embora não em todos os países, nem para todos os estudantes: por exemplo, as raparigas empregam mais tempo de estudo pessoal em Matemática e Ciências que os rapazes, obtendo contudo piores resultados (exceto na Grécia e na Finlândia). Mas, o nível de incidência do tempo de estudo

pessoal é inferior, em todos os casos, ao do número de horas de aula recebidas.

Para além destes dois, os restantes fatores mostram ter uma repercussão bastante menor, ou muito ambígua, nos resultados académicos. Por exemplo, o relatório da FEDEA constata a não vinculação entre o maior gasto por aluno e os resultados, algo que já foi indicado várias vezes pela OCDE.

Muito menos parece ser decisivo o rácio aluno-professor, embora tenha uma influência ligeiramente positiva na média da OCDE. De qualquer modo, tanto o rácio professor-aluno, como o número de computadores por sala de aula, “tem pouco efeito nos resultados de PISA na maior parte dos países”.

### Repercussão nos professores

A conclusão do estudo é que o aspeto mais eficiente para o investimento é o número de horas que os estudantes passam na sala de aula: salienta, por exemplo, que um aumento de entre duas e quatro horas de Matemática ou Ciências por semana (dependendo do país) serviria para compensar os piores resultados, nestas disciplinas, dos alunos provenientes de estratos socioeconómicos baixos.

Mas, mais horas na sala de aula por parte dos alunos podem ser alcançadas com mais professores ou com mais horas de sala de aula por professor. Tendo em conta a situação da economia espanhola, a decisão foi optar pela segunda opção. Os professores espanhóis já dedicam mais horas a dar aulas do que os colegas da OCDE, concretamente 10 ou 15 mais. Com o aumento do limite de horas (de duas a quatro conforme se situasse anteriormente o limite horário), os professores poderão dar 120 horas mais de aulas por ano, partindo do princípio de que darão todas as aulas que podem dar, o que nem sempre acontece.

Como o tempo total de permanência no centro escolar não aumenta com as reformas, o maior número de aulas significa tirar tempo a outras ocupações: tutorias, preparação das aulas, correção de exames, horas de reforço. Em geral, a OCDE estabelece uma relação entre menor percentagem de horas dedicadas pelos professores a dar aulas e melhores resultados.

Neste ponto – e não na questão do maior número de alunos por turma – as reivindicações contra os cortes têm motivo: haverá menos tempo para preparar aulas ou para horas de reforço, tão necessárias para os alunos que partem com desvantagens educativas, como salienta o relatório da FEDEA. Isto pode prejudicar a qualidade da educação. Contudo, também se deve dizer que a jornada laboral dos professores espanhóis – com cerca de 240 horas menos, por ano, que a média da OCDE – permanecerá intacta, pelo que outra possível solução seria aumentá-la, pelo menos até suprir aquilo que se perde em tempo de preparação das aulas.

Outro relatório da FEDEA aponta outras possíveis reformas do sistema educativo, que redundariam na melhoria da qualidade e que não pressupõem um desembolso significativo de

dinheiro: fomentar a prestação de contas dos centros escolares submetendo-os a avaliações externas, aumentar a autonomia das escolas, enfrentar o problema da falta de disciplina (propõe concretamente instaurar uma espécie de “carta por pontos” educativa). Por último, recomenda que, se se vão baixar os salários, se baixe a parte fixa e, em contrapartida, se aumente a margem vinculada à produtividade.

Segundo o autor deste segundo relatório, “os recursos escolares não importam tanto como as instituições e a forma de se usarem”. Haverá provavelmente que tomar medidas “institucionais” e também económicas.

F. R. - B.